



Diligência ao Estado de Sergipe

Objetivo: fortalecer as comunidades quilombolas em suas lutas e reivindicações, através de diálogos com órgãos públicos nas diversas esferas de governo para efetivação de políticas públicas que garantam a posse da terra, a identidade cultural, a dignidade e a integridade física dos remanescentes de quilombo no Estado de Sergipe.

Realização: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – CDHM, Movimento Nacional de Direitos Humanos de Sergipe – MNDH/SE, Comitê Gestor das Comunidades Quilombolas.

Representando a CDHM, estará presente, o Dep. Domingos Dutra – PT/MA, 1º vice-presidente. Telefone para contato com o Deputado: 61- 9943.01.51

Coordenação local da atividade: Lidia Anjos – Coordenadora Estadual do Movimento Nacional de Direitos Humanos de Sergipe – MNDH/SE e INSTITUTO BRAÇO. Telefone para contato: 79- 9941.43.84

Atividade: audiência pública no dia 29 de abril de 2011, das 9 às 14h no auditório dos Sindicatos dos Bancários de Sergipe.

Justificativa

A situação de conflitos no meio rural brasileiro e, em particular, o nordeste é uma realidade. Essa região se estruturou sob as bases do colonialismo e do coronelismo e imensas extensões de terras foram usurpadas fazendeiros/coronéis. Na atualidade essa situação ganha nova roupagem, qual seja: a manutenção dos privilégios daqueles que se revestem de proprietários utilizando a força e a violência para se apossarem das terras das comunidades remanescentes de quilombo.

Essa situação acontece mesmo diante do reconhecimento formal do art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, onde a Constituição determina que se proceda ao reconhecimento das comunidades dos quilombos para fins de definitiva propriedade.

Logo, constituir óbices às comunidades e ao Poder Público de fazer acontecer esse reconhecimento é um desrespeito a Constituição Cidadã e ao nosso Estado Democrático de Direito. Ou ainda praticar ameaças, violências e toda sorte de



ilegalidade para evitar que esse direito se cumpra é também um ataque ao Estado Democrático de Direito.

No Estado de Sergipe, as comunidades têm vivenciado esse momento de grandes tensões e conflitos. Segue agora um resumo da situação de três comunidades:

Na comunidade de Brejão dos Negros, no Município de Brejo Grande, há situação de ameaça, espancamento, incêndio de casas e roçados, cobrança de pedágio para deslocamento das pessoas, perpretados pelos “pretensos donos das terras”. E tudo isso sob a proteção da Juíza da Comarca, do prefeito, delegado, dentre outras autoridades locais. Nos últimos dias essa comunidade tem sofrido com um clima de medo e pressão, principalmente direcionado às lideranças. Um padre envolvido historicamente com as lutas das comunidades rurais e ribeiras à margem do Velho Chico (Rio São Francisco), teve a sua casa incendiada. Oito lideranças quilombolas foram juradas de morte. A deputada Estadual Ana Lúcia Menezes, foi igualmente ameaçada.

A segunda comunidade quilombola é Ladeiras tem aproximadamente 300 famílias, porém nem todas as pessoas se reconhecem como quilombolas. Conforme contou a liderança Simone, no início os integrantes da comunidade estavam bastante unidos em prol de seus direitos, mas por conta de cooptação dos fazendeiros da região, atualmente, estão divididos, o que tem enfraquecido a luta. Também afirmou que a ex-presidente da Associação Quilombola de Ladeiras aliou-se aos fazendeiros e que após esse fato, recebeu um ligação da própria ex-presidente dizendo que ela “iria pagar”.

A comunidade quilombola de Caraíbas fica entre dois municípios, Canhoba e Aquidabã/SE. São aproximadamente 242 famílias, mas apenas 117 famílias se reconhecem como quilombolas e sofre com a precariedade das políticas públicas, pois não há água encanada e um médico visita a comunidade uma vez por mês. Por estarem entre dois municípios os quilombolas reclamam que não sabem a quem recorrer. Xifronese Santos, presidente da associação quilombola de Caraíbas relatou que os fazendeiros intimidam os quilombolas para que não se reconheçam como tais, inclusive dizendo que se eles se declaram quilombolas correm o risco de perderem seus empregos.

Pelo rápido resumo é notável que afirmar a identidade enquanto comunidade negra e remanescente de quilombo se constitui em um grande desafio frente às



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



forças de resistência de grupos fortes economicamente e que não respeitam os direitos humanos.

Por tudo isso e por conta de ter iniciado o processo de reconhecimento dos territórios quilombolas se estabeleceu o conflito entre fazendeiros, autoridades locais e as comunidades.

Nesse sentido, a CDHM apoia e se junta ao MNDH/SE, juntamente com o Comitê Gestor das Comunidades Quilombolas, para dar visibilidade e afirmar a luta dessas comunidades.

PROGRAMAÇÃO

8:00h - Recepção e acolhida aos participantes

9:00h - Mística de Abertura

9:30h - Ouvir a sociedade civil e as comunidades:

MNDH/SE

Comitê Gestor das Comunidades Quilombolas de Sergipe

Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas

10:00h – Exposição dos Órgãos Públicos Federais:

Procuradoria do Ministério Público Federal

Secretaria de Promoção e Igualdade Racial - SEPPIR

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados -

CDHM

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

12h – Debate e encaminhamentos

13:30 – Encerramento

Deputada Manuela d'Ávila
Presidenta